

EDITAL DE SELEÇÃO – ASSISTÊNCIA ACADÊMICA DA GRADUAÇÃO

A Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV DIREITO RIO), por meio da sua Coordenação de Graduação, comunica a abertura de processo de seleção de proposta de *Field Project* (FP) e estabelece normas para a contratação de serviços de Assistência Acadêmica, nos termos expostos a seguir:

1. Do objeto

1.1 – O FP é um componente curricular obrigatório com carga horária de 60 horas que se caracteriza por atividades práticas reais (não simuladas), extraclases e diversificadas.

1.2 – São objetivos do FP:

1.2.1 – Aplicar conceitos e teorias apreendidos ao longo da formação por intermédio de um projeto de campo que alcance, impacte e/ou tenha interface com a comunidade externa à FGV Direito Rio;

1.2.2 – Analisar dados para a construção de conhecimentos e modelos de ação;

1.2.3 – Propor soluções criativas e inovadoras para os problemas investigados;

1.2.4 – Estimular a inovação científica e tecnológica nas diversas áreas do Direito;

1.2.5 – Vivenciar dinâmicas interpessoais e comunicacionais na análise de problemas institucionais;

1.2.6 – Desenvolver habilidades profissionais interdisciplinares para carreiras variadas.

2. Da apresentação de propostas

2.1 – As propostas de FP deverão, preferencialmente, estar relacionadas aos temas das disciplinas obrigatórias oferecidas no 1º semestre de 2021, conforme anexo I deste edital.

2.2 – Os FP selecionados terão desenvolvimento semestral e serão submetidos à livre escolha discente por meio de edital, sendo facultado à Coordenação de Graduação não implementar os projetos que não alcancem quórum mínimo.

2.3 – Cada FP deverá comportar a participação de 4 até 8 discentes.

3. Das atividades da assistência acadêmica

3.1 – A (o) assistente acadêmica (o) da FGV DIREITO RIO exercerá as seguintes funções:

3.1.1 – Acompanhar o desenvolvimento de até 3 (três) FP de sua autoria e/ou de autoria de docentes ou discentes da graduação;

3.1.2 – Seguir as orientações docentes e da coordenação de ensino da graduação para o acompanhamento do FP;

3.1.3 – Dedicar no mínimo 2 (duas) horas semanais a encontros presenciais na FGV DIREITO RIO para acompanhar o andamento de cada um dos FPs supervisionados;

3.1.4 – Auxiliar na criação de ferramentas virtuais de divulgação do FP;

3.1.5 – Participar de todas as atividades do Espaço Docente (Programa de Formação de Professores da FGV DIREITO RIO) indicadas pela coordenação de ensino;

3.1.6 – Participar de reuniões mensais de acompanhamento das atividades acadêmicas de FP, conforme cronograma semestral apresentado na 1ª reunião de planejamento;

3.1.7 – Cumprir prazos e horários definidos no calendário acadêmico;

3.1.8 – Participar do evento de divulgação dos resultados do FP.

4. Da remuneração

4.1 – A FGV Direito Rio oferece a remuneração bruta no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em 6 (seis) parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada FP, observado o limite de 3 (três) FP por assistente acadêmica (o).

5. Das vagas

5.1 – Serão selecionadas até 30 propostas de FP com previsão de início das atividades junto ao corpo discente em fevereiro de 2021.

5.2 – A convocação de candidatas (os) aprovadas (os) para a etapa de entrevista dar-se-á por contato telefônico, e-mail ou qualquer outro meio apropriado para agendamento.

6. Das inscrições

6.1 – As (os) interessadas (os) deverão enviar para luca.saroldi@fgv.br, até às **23:59** do dia **29 de novembro de 2020**, os seguintes documentos:

6.1.1 – Currículo Lattes atualizado;

6.1.2 – Carta de apresentação, de até uma lauda, ressaltando a (s) **área** (s) de **interesse** e as suas **habilidades** para o desdobramento das atividades de FP;

6.1.3 – Uma ou mais proposta (s) de FP, com até 2 (duas) laudas cada.

6.1.4 – Formulário de inscrição (ANEXO II) preenchido para cada uma das propostas submetidas a este edital;

6.1.5 – Plano de trabalho (ANEXO III), em formato word, preenchido para cada uma das propostas submetidas a este edital.

6.2 – Não serão aceitas inscrições sem a apresentação de qualquer um dos documentos especificados no item 6.1.

7. Do processo seletivo

7.1 – O processo seletivo de que trata o presente edital constará das seguintes fases:

7.1.1 – Eliminatória: análise da documentação constante no item 6;

7.1.2 – Classificatória: entrevista com candidatas (os) aprovadas (os) na fase anterior a ser agendada no período de 16 a 22 de dezembro de 2020.

7.2 – A entrevista será conduzida por uma Comissão Julgadora, composta pela Coordenação de Graduação, pela Coordenação de Ensino e docentes do curso de graduação da FGV DIREITO RIO.

7.3 – A divulgação das propostas aprovadas para a livre escolha discente será feita, preferencialmente, até o dia 15 de janeiro de 2021.

7.4 – Responsáveis pelas propostas que atingirem quórum mínimo para realização serão informados do resultado final e deverão participar de atividades de planejamento entre os dias 25 e 29 de janeiro de 2021.

7.5 Datas e horários das atividades de planejamento serão agendadas por email ou telefone.

8. Cronograma

DATA	EVENTO
ATÉ 29/11/2020	Envio das inscrições
04/12/2020	Resultado da fase eliminatória e convocação para entrevistas
16 A 22/12/2020	Entrevista de candidatas (os) pela Comissão Julgadora
ATÉ 15/01/2021	Resultado da fase classificatória
JANEIRO DE 2021	Edital para a escolha discente das propostas aprovadas para 2021.1
25/01 A 29/01/2021	Divulgação da relação de Field Projects selecionados pelos Realização de atividades de planejamento
FEVEREIRO	Início das atividades de Field Project

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2020.



Thiago Bottino
 Coordenador de Graduação
 FGV DIREITO RIO

ANEXO I
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – EMENTAS

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
2021.1
1º período
<p>Crime e Sociedade – Introdução ao Direito Penal, Processual Penal e Criminologia.</p> <p>Economia – A economia em sua dupla face: (1) estudo da alocação dos recursos escassos para produção, distribuição e consumo de bens e serviços nos mercados e as funções das organizações multilaterais e dos governos no plano nacional e internacional; e (2) análise do processo decisório humano racional. O fluxo circular representativo da organização econômica clássica e da economia digital. A macroeconomia e a microeconomia: crescimento econômico e distribuição de riqueza. Os dez princípios e a racionalidade econômica. A sustentabilidade multidimensional: a natureza e os limites da economia. A moeda e noções básicas de política monetária: o monetarismo e teoria monetária moderna (TMM). O escambo; mercadorias-moeda; metalismo; cunhagem; papel-moeda; moeda fiduciária (moeda sem valor intrínseco); moeda bancária-cheques; moeda escritural; cartões de plástico e as criptomoedas (o bitcoin e a Libra). O ser econômico e a atividade empresarial: o balanço patrimonial e o resultado do exercício. Valor dos bens e serviços. Valor do dinheiro no tempo e o poder de compra: juros simples e juros compostos. Valor presente do fluxo de caixa. O mercado de capitais brasileiro e o investimento em valor (value investing): pensando no longo prazo. As finanças públicas: a fiscalidade e a política extrafiscal. As forças de mercado: a oferta e a demanda. Elasticidade e suas aplicações. A oferta, a demanda e políticas do governo. O custo da tributação e o peso morto dos tributos. A curva de Lafer. Conceitos fundamentais de microeconomia. A teoria das escolhas do consumidor: utilidade e curvas de indiferença; restrições orçamentárias e decisão ótima do consumidor. Bens públicos e recursos comuns. Externalidades. A contribuição de Pigou: os tributos pigouvianos. Externalidades negativas e o teorema de Coase. A teoria da empresa: receitas, custos, lucros e decisões ótimas da empresa. Estrutura e equilíbrio de mercado: mercado competitivo, monopólio e oligopólio, concorrência monopolística. Efeitos do Mercado Competitivo e do Monopólio. Efeitos do Mercado Competitivo e do Oligopólio. Excedente Total e Bem Estar. Excedente do consumidor, da empresa e a eficiência do mercado. O teorema do bem-estar e a eficiência de Pareto. Fundamentos econômicos da integração econômica internacional. Vantagem absoluta e vantagem comparativa. Modelo de Equilíbrio Parcial em um país pequeno A utilização do instrumental analítico microeconômico para compreensão do processo decisório não comercial. Introdução à Teoria dos Jogos.</p> <p>Pensamento Jurídico Brasileiro – Por que “pensamento” e não “teoria” jurídica brasileira? O fantasma da condição periférica. O formalismo jurídico como estratégia de superação do atraso brasileiro. A cultura política brasileira e suas ideologias constitucionais: conservadorismo reformista e liberalismo judiciarista. A construção do Estado e a defesa da centralização no pensamento jurídico imperial. A construção do Estado de direito oligárquico e a defesa do judiciarismo e do federalismo durante a Primeira República. Primícias da democracia: o pensamento jurídico nacionalista e a crítica ao liberalismo oligárquico na Era Vargas. A democratização da vida brasileira: a crise do constitucionalismo liberal e a emergência do pensamento jurídico nacionalista de tendência socialista na Terceira República. Desenvolvimentismo conservador e segurança nacional: o pensamento jurídico do regime militar. O pensamento jurídico da Nova República: constitucionalismo da efetividade e emergência do</p>

neoconstitucionalismo. A crise do pensamento jurídico hoje: a “revolução judicialista” e o retorno do conservadorismo.

Teoria do Direito – Raciocínio jurídico: caracterização e diferenciação; justificação interna e justificação externa; subsunção; neutralidade judicial; normatividade; norma jurídica; relação jurídica; direito objetivo e subjetivo; competência; sistema jurídico; validade, vigência, eficácia e o problema do pertencimento; positivismo e não positivismo; regras: estrutura e modelos de tomada de decisão; problemas de linguagem, sobreinclusão e subinclusão; interpretação extensiva, restritiva, analogia; dogmática jurídica; princípios e proporcionalidade.

Teoria do Direito Constitucional – Conceitos básicos da teoria constitucional. Visões sobre Constituição. Constituição como projeto civilizacional. Questões centrais do constitucionalismo clássico. Desenhos de Estado: separação de poderes e federalismo. Tendências do constitucionalismo moderno. Movimentos e correntes contemporâneos no Brasil e seus impactos no constitucionalismo. Introdução à jurisdição constitucional. Métodos de interpretação judicial. Críticas ao constitucionalismo. Exceção constitucional e seus limites.

Teoria do Estado Democrático – Teorias do Estado. Estado de Direito. Teorias da Democracia. Democracias Contemporâneas. Democracia no Brasil.

3º período

Ciência de Dados Jurídicos – Obtenção de dados; Limpeza de dados; Análise de dados; Apresentação e visualização de dados; Aspectos jurídicos da gestão de dados.

Direito Global – Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Formação e métodos do Direito Internacional. Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado. O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional (Público e Privado). Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional. História e teoria das organizações internacionais. Panorama das organizações internacionais universais, regionais e sub-regionais das quais o Brasil faz parte. Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais. Tribunais internacionais. Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias). Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU. Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea relevantes para o Brasil.

Finanças Públicas – As necessidades públicas. Atividade financeira do Estado. Histórico dos tributos e das finanças públicas em face da evolução social. Federação. Federalismo fiscal. Distribuição de funções entre os poderes. Planejamento orçamentário. Leis orçamentárias. Crédito orçamentário. Adicionais. Despesa pública. Responsabilidade fiscal. Financiamento de gastos. Operações de crédito. Equilíbrio fiscal. Partilha de receitas. Receita pública. Ingressos públicos. Controle de execução orçamentária. Tribunal de contas.

Obrigações e Contratos – 1. Introdução; 2. Conceito de obrigação e de contrato; 3. Classificação dos contratos; 4. Princípios gerais das obrigações e contratos; 5. Formação dos contratos: regras pré-negociais (culpa in contrahendo); 6. Formação dos contratos: vícios da vontade e da declaração; 7. Formação dos contratos – conclusão dos contratos (proposta e aceitação); 8. Formação dos contratos: contrato preliminar; 9. Interpretação dos contratos; 10. Transmissão das obrigações; 11. Vícios redibitórios e evicção; 12. Extinção dos contratos: adimplemento (pagamento); 13. Extinção dos contratos: execução das obrigações; 14. Extinção dos contratos: distrato e resilição unilateral; 15. Extinção dos contratos: inadimplemento e mora; 16. Extinção

dos contratos: resolução; 17. Extinção dos contratos: impossibilidade superveniente; 18. Extinção dos contratos: onerosidade excessiva; 19. Perdas e danos; 20. Culpa post pactum finitum.

Teoria da Decisão – O Direito e suas consequências; Diferentes posturas consequencialistas; Estrutura e dimensões do raciocínio consequencialista; Consequencialismo e Estado de Direito; Lidando com os problemas de racionalidade: modelos de tomada de decisão racional sob condições de certeza, risco e incerteza. Propensão e aversão ao risco; Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos; Racionalidade limitada e limites à internalização de pressupostos maximizadores na decisão jurídica; Limites institucionais para a operacionalização de teorias decisórias no direito: as consequências do consequencialismo judicial.

Teoria Geral da Empresa – O Empresário e o Cenário Econômico. Função Social da Empresa. Teoria da Empresa. Capacidade e Impedimento para atividade empresarial. Estabelecimento Empresarial. Contrato de Trespasse. Sócio. Pluralidade de Sócios. Sociedade Unipessoal. Classificação das Sociedades. Nome Empresarial. Consideração e Desconsideração da Personalidade Jurídica. Elementos do Contrato de Sociedade.

Teorias da Justiça – Justificativas e implicações práticas de diferentes Teorias da Justiça. Bem-estar. Liberdade. Igualdade. Virtude. Pluralismo. Utilitarismo clássico e contemporâneo. Liberalismo: igualitarismo e libertarianismo. Comunitarismo. Teorias Críticas.

5º período

Arbitragem – A Eficácia do Processo e os Métodos Alternativos de Solução de disputas. Natureza Jurídica da Arbitragem. O Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Fundamentos da Arbitragem: as Partes na Arbitragem, o Objeto de Arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e Compromisso Arbitral, questões diversas sobre a cláusula compromissória. Procedimento arbitral: instauração da Arbitragem, processo de escolha e nomeação dos árbitros, procedimento Arbitral, sentença arbitral. A relação entre o juízo arbitral e o poder judiciário: hipóteses de intervenção do Judiciário antes do procedimento arbitral, cooperação entre o Judiciário e a arbitragem, nulidade do Laudo Arbitral: Ação de nulidade (art. 32) e embargos de Devedor, execução das Sentenças Arbitrais.

Direito da Concorrência – Direito concorrencial em suas principais vertentes de aplicação: o controle de estruturas e o controle de condutas. Prevenção da formação de estruturas de poder econômico e abusos em detrimento de consumidores e concorrentes no mercado. Atos de concentração e danos à livre. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Controle de condutas e sanções para restrição à livre concorrência. Conduta anticoncorrencial dos cartéis.

Direito da Regulação – Reforma do Estado e regulação. Serviços públicos, monopólios estatais e atividades privadas regulamentadas: distinção. Concessão de serviços públicos e Parcerias Público-Privadas. Consórcios públicos. Regime jurídico das atividades monopolizadas pelo Estado. Agências reguladoras. Terceiro Setor. Processo administrativo. Controle dos atos administrativos.

Direitos Humanos - Introdução aos Direitos Humanos; Liberdade e autonomia individual; Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos e o Sistema Global de proteção; Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos; Sistemas europeu, africano e americano; Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos; Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Direitos Civis e Políticos; Sociedade Civil e Direitos Humanos; A Liberdade de religião e direito ao estado laico; Discriminação Racial; Discriminação e Violência de Gênero; Discriminação por Orientação Sexual e Identidade de Gênero; Criança e adolescente; Direito Humanitário; Refugiados; A incompatibilidade da Lei de Anistia brasileira com a Convenção Americana de Direitos Humanos;

Direitos humanos e violência urbana; Homicídios, tráfico e superencarceramento; Trabalho escravo; Direitos Humanos e Empresas; Privacidade e proteção de dados pessoais; Povos indígenas e tribais; Direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Mediação e Negociação – Advogados e operadores do Direito negociam todos os dias com outros advogados, com clientes, nas mais diversas áreas do Direito, na prática pública ou privada, em empresas ou escritórios de advocacia. Entretanto, advogados raramente estudam o processo de negociação e os motivos pelos quais elas falham, com o consequente prolongamento de disputas e destruição de valor para as partes e para a sociedade.

Processo Civil – Processo civil. Código de Processo Civil. Procedimento comum.

Relações de Trabalho – A disciplina de Relações do Trabalho apresenta aos alunos princípios e conceitos de direito do trabalho sempre com foco em casos concretos de aplicação desses princípios e conceitos de modo a que os alunos se tornem capazes de entender e se necessário aprofundar questões atinentes ao direito do trabalho.

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome:

Currículo Lattes (*link*):

Celular: (__) _____

Telefone fixo: (__) _____

E-mail:

Disciplina (s) de vinculação do FP, conforme ANEXO I:

Resumo da (s) proposta (s) (até 5 linhas para cada, se for o caso):

Produto final da proposta e forma de divulgação para a comunidade acadêmica e a sociedade:

Local, data.

Nome da (o) candidata (o):

ANEXO III
PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	NOME DO FP						
AUTORIA	NOME DA(O) AUTORA(O)				DISCENTES Nº MÁX.	8	
SUPERVISÃO	A ser preenchido pela coordenação de ensino				DISCENTES Nº MÍN.	4	
REQUISITOS	Aberto para (i) todo o corpo discente, (ii) apenas discentes do 2º período e ou (iii) discentes do 4º período.						
PÚBLICO ALVO	Quem será o ator externo à FGV Direito Rio com quem haverá interface?						
CÓDIGO	A definir	PERÍODO	2021.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Resumo nominal dos conceitos científicos ou aplicações prática do FP.						
PROBLEMA	Problema principal a ser estudado/resolvido.						
PRODUTO	O que será produzido ao final do trabalho de campo e oferecido ao público alvo.						
OBJETIVO	Expressa a principal questão a ser alcançada (meta final do trabalho de campo).						
METODOLOGIA	Planejamento estratégico: especificação das etapas e estratégia de trabalho de campo, definição de procedimentos metodológicos a serem usados na investigação de campo, propostas de divulgação do produto ao público alvo externo.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018 marcar com "x"	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.						
	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.						
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.						
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.						
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.						
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.						
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.						
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.						
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
Outras:							
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Descrição de atividade (s).						
2	Descrição de atividade (s).						
3	Descrição de atividade (s).						
4	Descrição de atividade (s).						
5	Descrição de atividade (s).						
6	Descrição de atividade (s).						

Graduação – Field Project

7	Descrição de atividade (s).
8	Descrição de atividade (s).
9	Descrição de atividade (s).
10	Descrição de atividade (s).
11	Descrição de atividade (s).
12	Descrição de atividade (s).
13	Descrição de atividade (s).
14	Descrição de atividade (s).
15	Descrição de atividade (s).
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Composta de até três (3) títulos. Preferencialmente, os títulos devem compor o acervo da biblioteca da FGV. Referência à obra, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	Composta de até CINCO (5) títulos. Preferencialmente, os títulos devem compor o acervo da biblioteca da FGV. Referência à obra, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.